

LITERATURA INFANTOJUVENIL E A VIOLÊNCIA SEXUAL: POSSÍVEIS CAMINHOS NA PREVENÇÃO CONTRA O ABUSO INFANTIL

Fabiana Assis da Cruz¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo refletir acerca do Abuso Sexual Infantil (ASI) e os possíveis caminhos para a prevenção desse ato tão presente e silenciado, em nossa sociedade. Iniciando através da história da sexualidade infantil e de como a criança era vista no passado, distanciada da infância, até a importância da escola nesse processo, são os caminhos trilhados neste trabalho. Como alternativa proposta para prevenir casos de abuso, a Literatura Infantojuvenil pode abrir portas para uma discussão leve e informativa. Com o objetivo de desmistificar a temática, primeiramente na escola, local de grande permanência da criança para que, posteriormente, no seio familiar tais questões não deem lugar à cristalização do abuso como segredo. A busca de apoio em teóricos que lidam com a sexualidade e com o feminino, tais como Foucault (1988), Davis (2016), Federici (2017), bem como nos teóricos específicos sobre abuso sexual infantil: Ariès (1981), Soma (2019) e Williams (2019). Ao final, apresentaremos livros literários que podem contribuir na prevenção do Abuso Infantil Sexual dando voz aos silenciados pelo medo.

Palavras-chave: Abuso Sexual Infantil. Feminino. Prevenção. Literatura Infantojuvenil.

CHILDREN'S LITERATURE AND SEXUAL VIOLENCE: POSSIBLE PATHWAYS IN THE PREVENTION AGAINST CHILD ABUSE

Abstract: This article aims to reflect on Child Sexual Abuse (ASI) and the possible ways to prevent this act so present and silenced in our society. Starting through the history of childhood sexuality and how the child was seen in the past, distanced from childhood, to the importance of the school in this process, are the paths followed in this work. As an alternative proposed to prevent cases of abuse, Children's Literature can open doors for a light and informative discussion. With the objective of demystifying the theme, firstly at school, where the child spends a lot of time, so that, later, in the family, such issues do not give rise to the crystallization of abuse as a secret. The search for support in theorists dealing with sexuality and the feminine, such as Foucault (1988), Davis (2016), Federici (2017), as well as specific theorists on child sexual abuse: Ariès (1981), Soma (2019) and Williams (2019). At the end, we will present literary books that can contribute to the prevention of Child Sexual Abuse, giving voice to those silenced by fear.

Keywords: Child Sexual Abuse. Feminine. Prevention. Children's Literature.

¹ Mestrado em Humanidades, Cultura e Artes – PPGHCA/UNIGRANRIO; Pós-Graduação *Lato Sensu* em Políticas Públicas e Projetos em Espaços Escolares - UFRJ; Graduação em Pedagogia pela Universidade do Grande Rio.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente, inúmeras questões têm sido levantadas no que diz respeito à sexualidade e como as pessoas lidam com a sua própria sexualidade. A grande questão está no que se refere ao gênero feminino que, desde os primórdios, luta pelo seu lugar, lugar de respeito. Mesmo que estejamos na condição de seres humanos, somos classificados por gênero, por classe, por raça, como se fôssemos objetos manipuláveis, classificáveis. Quando somos “coisificados”, nos mantemos em uma posição de vulnerabilidade. Dentre as manifestações de manipulação às quais estamos suscetíveis está a manipulação física. E nessa “manipulação” está inserida a “manipulação de corpos” (e mentes), sendo o abuso sexual uma dessas manifestações.

Ao falar sobre abuso sexual, se faz necessário desfragmentar o termo, já que são alguns segmentos que o constituem. O abuso sexual infantil está intimamente atrelado à violência. Desde os primórdios, a violência permeia as sociedades. Segundo Modena (2016), o termo violência significa:

Um excesso de força de uns sobre outros. A origem do termo violência, do latim, *violentia*, expressa o ato de violar outrem ou de se violar. Além disso, o termo parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas. (Pavani, *apud* Modena, 2016, p.8)

No viés da manipulação física, cometer um ato de violação a outrem, indubitavelmente, sem sua prévia autorização, se configura como um ato de violência. Daí a necessidade de estudar sobre um ato específico de violência: o abuso sexual infantil. Estudos oficiais sobre o abuso infantil são relativamente recentes e uma das justificativas para o não reconhecimento do abuso sexual como prática relacionada à infância é o fato da própria infância se restringir aos 12 anos: como o “período da vida humana desde o nascimento até cerca de 12 anos.” (Dicio, 2020). Ou seja, há uma lacuna entre os menores de idade, crianças de 13 a 18 anos.

O Abuso Sexual Infantil (ASI) não se trata de responsabilidade apenas da área de saúde, da área jurídica ou familiar. Além dessas instâncias, devemos considerar a escola como segmento de suma importância ao tratar esse assunto de maneira efetiva no

ambiente escolar. Pelo fato de muitas crianças encontrarem na escola, nos colegas, nos professores apoio e segurança, discutiremos como percorrer esses caminhos, através da Literatura Infantojuvenil. Um mundo de fantasia, de imaginação pode ser o “mundo paralelo”, como prevenção, como denúncia ou para fortalecimento diante de uma situação como esta. Ter voz e não conseguir falar, ter a certeza que a culpa não é sua, mas mesmo assim acreditar que você desencadeou o ato, são situações de extremo peso para quem sofre o abuso sexual. Por ser um assunto delicado, demanda estudo tanto para lidar com o ocorrido, quanto para ajudar a quem pede auxílio, quem pede socorro; bem como na prevenção desse tipo de violência.

O abuso sexual pode causar impactos irreversíveis na vida da vítima e quanto mais cedo detectado, mais amenos podem ser os desdobramentos. A escola e seus espaços podem ser aliados nesse processo de identificar algo fora da normalidade. O ambiente escolar é um lugar de grande permanência da criança e, na maioria das vezes, a necessidade de cumprir a programação de conteúdos estabelecidos para cada ano de escolaridade, deixamos passar situações que impactam na aprendizagem dos alunos e que ignoramos por falta de conhecimento do assunto.

Buscaremos no presente artigo conceituar, articular conceitos, sugerir e debater sobre esse ato tão violento: o abuso sexual infantil, bem como apresentar alternativas de como lidar com esta situação cada dia mais comum, situação esta relacionada ao medo.

A SUBALTERNIDADE DO FEMININO

Por mais que estejamos vivendo em tempos de novos arranjos familiares, o conceito de família se mantém no que diz respeito aos laços sanguíneos e afetivos. Como afirma Lévi-Strauss (1956, p. 309) “a família baseada no casamento monogâmico era considerada instituição digna de louvor e carinho”. Tal ideia se aplica aos diversos arranjos familiares contemporâneos, sobretudo nos núcleos familiares tradicionais. Esta estrutura se configura pela posição de pais, mães, filhos, filhas, tios, tias, avós e avôs, cada um desempenhando seu papel de cuidado e responsabilidade. Tendo regras estabelecidas legalmente e àquelas que foram introduzidas, no decorrer

da história da humanidade, evidenciamos o incesto como prática permeada de segredo e de maior prevalência nos núcleos familiares.

A noção hierárquica de família, com o passar do tempo, foi se modificando e era natural ver a criança como um miniadulto e talvez por esse motivo, protegê-la não era algo que demandasse interesse dos adultos da época. Para Ariès (1981), a arte otoniana, do século XI, retrata essa visão de crianças como adultos em miniatura:

O tema é a cena do Evangelho em que Jesus pede que se deixe vir a Ele as criancinhas...Ora, o miniaturista agrupou em torno de Jesus oito verdadeiros homens, sem nenhuma das características da infância: eles foram simplesmente reproduzidos numa escala menor. (Ariès *apud*, Jorge, 2018, p. 14)

Partindo da representação artística mencionada por Ariès, reforçando a ideia das crianças como miniadultos, é possível analisar com as crianças eram vistas. Juntamente com essa associação da criança como um adulto, a manutenção dessa visão de igualdade era perpetuada, bem como o papel que a mulher desempenhava nessa época. A mulher medieval era colocada em segundo plano e era vista como fonte de pecado. A igreja reforçava essa visão e regia as normas da época, conforme afirma Oliveira (2006):

A mulher medieval era colocada pela sociedade em um lugar secundário, reforçado pela igreja, a qual a tinha como algo diabólico. Por esta razão, ela estava predestinada a um casamento ou a um convento e, quando casada, tinha que gerar filhos para continuação da linhagem. (Cáceres, 1996 *apud* Oliveira, 2006)

O silenciamento da mulher e a sua permanência submissa ao marido perdurou por um longo tempo, e ainda perdura. Além de se posicionar em segundo plano, a mulher era acusada de interferir na pureza masculina. Era a mulher que despertava os mais pecaminosos desejos no homem. Sua função era cuidar do marido, procriar e cuidar dos filhos, apenas (OLIVEIRA, 2006). A ausência do conceito de infância reforçava essa ideia da mulher como procriadora. Casamentos arranjados aconteciam cada vez mais cedo, visando à manutenção dos bens materiais entre as famílias.

O conceito de infância era, até então, desconhecido. Crianças eram consideradas “adultos imperfeitos” e como as questões de higiene eram muito precárias e os adultos não possuíam habilidade para lidar com o bebê, muitos morriam. As crianças trabalhavam

aos 10 anos, em especial as meninas. Havia também uma diferença entre o nascimento de um menino, que seria a força da família e o nascimento de uma menina, relacionada aos serviços e procriação. Segundo Heywood (2004, p. 76), “as meninas costumavam ser consideradas como o produto de relações sexuais corrompidas pela enfermidade, libertinagem ou a desobediência à uma proibição” e tamanha desvalorização, silenciava a mulher.

As crianças só passaram a ter um papel social reconhecido a partir do século XVII. Segundo Masson (1984, p. 290), as queixas referentes ao abuso sexual eram consideradas fantasiosas, mentirosas e que seriam uma maneira para conseguir vantagens perante os acusados. Anterior a esta ideia, a primeira pesquisa retratando maus tratos é datada de 1857, pelo médico legista francês Ambroise Tardieu que analisou “632 casos de abuso sexual de mulheres, em sua maior parte meninas, e 302 contra meninos e jovens” (DALCIN, MORAIS & CAVALCANTE, 2006, p. 205). Na época, não foi possível convencer a sociedade de que os maus tratos não aconteciam somente na escola, nas fábricas, mas também no seio familiar. Sigmund Freud, inspirado neste estudo, publicou um texto, em 1896 no qual afirmava que “a etiologia da histeria estava nos abusos da infância”. O trabalho foi mal recebido pelos acadêmicos (ADED, DALCIN, MORAIS & CAVALCANTE, idem). No ano seguinte, Freud substituiu tais conclusões, afirmando que as memórias de abuso sexual eram fantasias, associando-as à sua teoria do complexo de Édipo².

Tendo como referência a história da sexualidade infantil e como ela era encarada, Foucault (1988, p. 9) estudou como a criança teve seu papel familiar modificado, com o passar do tempo. Para o autor, a sexualidade está intimamente relacionada ao poder e para satisfazer esse poder, o sexo foi se adequando à sociedade. Com o objetivo de procriar, o sexo se reservou ao segredo intrafamiliar. O quarto dos pais era o local exclusivo para o

² Segundo o Vocabulário da Psicanálise (LAPLANCHE e PONTALIS, 1991, p. 77), o Complexo de Édipo é o “Conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais. Sob a sua forma dita positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo-Rei: desejo da morte do rival que é a personagem do mesmo sexo e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. [...]”. Disponível em: <https://lotuspsicanalise.com.br/biblioteca/Laplanche-e-Pontalis-Vocabulario-de-Psicanalise.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

sexo com a missão da reprodução. Foucault (1998, idem) acrescenta ainda que o sexo é o produto de interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres.

Em seus estudos, Foucault (1988, p. 9) cita que as crianças eram proibidas de falar sobre sexo, visto que elas não tinham sexo. Pelo fato de serem classificadas como assexuadas, se submetiam ao controle de seus pensamentos e corpos. Reforçando a ideia do sexo como controle, Foucault (1988) afirma que:

Isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. (Foucault, 1988, p. 9)

Nessa análise sobre sexo e a infância, é possível perceber como a mulher era vista. Foucault (1988, p. 98) faz referência a histerização do corpo da mulher e o papel do feminino nessa época, especificamente, no século XVIII. O corpo feminino foi analisado e classificado como um “corpo integralmente saturado de sexualidade”. Somente após essa análise física, o corpo social, responsável pela reprodução, se comunicava com o espaço familiar, em especial à função de mãe sempre nervosa e histérica. Associação direta da mulher ao negativo.

Reforçando a mulher como a grande culpada pela sexualização e fonte do pecado, Federici (2017) analisa esse conceito, partindo da influência da igreja na perpetuação negativa do feminino:

Expulsar as mulheres de qualquer momento da liturgia e do ministério dos sacramentos; tentar roubar os poderes mágicos das mulheres de dar vida ao adotar trajes femininos; e fazer da sexualidade um objeto de vergonha — esses foram os meios pelos quais uma casta patriarcal tentou quebrar o poder das mulheres e de sua atração erótica. (Federici, 2017, p. 80)

A intenção de silenciar a mulher acompanha a história da humanidade, refletindo diretamente no combate aos abusos por ela sofridos. Seja na manipulação de seus corpos, seja na mordada que as fogueiras impuseram, quando as mulheres foram consideradas uma ameaça para a sociedade. Federici (2017) afirma que esse ideal é uma maneira de controlar as mulheres e evidenciar o poder da figura masculina:

Há também, no plano ideológico, uma estreita correspondência entre a imagem degradada da mulher, forjada pelos demonólogos, e a imagem da feminilidade construída pelos debates da época sobre a “natureza dos sexos”, que canonizava uma mulher estereotipada, fraca do corpo e da mente e biologicamente inclinada ao mal, o que efetivamente servia para justificar o controle masculino sobre as mulheres e a nova ordem patriarcal. (Federici, 2017, p. 335)

“Biologicamente inclinada ao mal”, segundo Federici (2017) há relação da mulher aos maus hábitos e à fonte de descrédito. Para a autora, a mulher era associada ao diabo, ou seja, a mulher era o mal. Diferente dos magos, que tinham no diabo seu servo, a mulher/bruxa servia de corpo e alma ao diabo, sendo escrava de seus desejos. Tal relação de poder perdura até os dias atuais.

A ideia da mulher feita para servir se prolongou aos tempos de escravidão, onde o estupro era algo comum entre o senhor e a sua propriedade feminina negra. A supremacia branca em detrimento da escrava negra que, além dos serviços domésticos, tinha que dar conta de satisfazer seu dono, demarcam essa herança de posse masculina, de poder sobre o outro. Para Davis (2016), o estupro era rotina, algo naturalizado:

A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite. Impulsos sexuais excessivos, existentes ou não entre os homens brancos como indivíduos, não tinham nenhuma relação com essa verdadeira institucionalização do estupro. A coerção sexual, em vez disso, era uma dimensão essencial das relações sociais entre o senhor e a escrava. (Davis, 2016, p.191)

Segundo Davis (2016), está atrelada à mulher negra e escrava, a satisfação completa de seu dono. A domesticação feminina deu espaço ao silenciamento e a “pseudo convivência” da mulher aos atos de abuso sexual. Naturalizar este ato era a obrigação da escrava que, frente ao senhor, nada podia fazer para combater o assédio, o ato sexual.

Transpondo aos dias de hoje, segundo a Organização Mundial de Saúde (WHO, 2020) dados revelam de 1 a cada 5 mulheres sofrem abuso, enquanto 1 em 13 homens relatam ter sofrido abuso sexual na infância. Por “tocar na ferida”, o Abuso Sexual Infantil é um assunto evitado e adiado. Se faz necessário o empenho dos variados setores da sociedade para que pais e responsáveis tenham ciência das pistas levantadas e muitas vezes não explícitas de que o abuso está sendo consumado. Mas o que é considerado abuso sexual? No site da Organização Mundial de Saúde, com publicação recente, em 8 de julho de 2020, há uma definição do que seja o abuso sexual infantil:

Maus-tratos infantis são definidos como o abuso e a negligência de menores de 18 anos e incluem todos os tipos de abuso físico ou psicológico, abuso sexual, negligência, negligência e exploração comercial ou outra que pode causar prejuízo à saúde, o desenvolvimento ou a dignidade da criança, ou colocar em risco a sua sobrevivência, no âmbito de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. A exposição à violência do parceiro íntimo às vezes também é incluída entre as formas de abuso infantil. (WHO, 2020)

Ainda conceituando Abuso Sexual Infantil, para Santos e Ippolito (2009, p. 2008) o abuso sexual se traduz por determinadas situações em que crianças e adolescentes são induzidas à “gratificação sexual de pessoas, geralmente mais velhas. O uso do poder pela assimetria entre abusador e abusado é o que mais caracteriza essa situação” (SANTOS & IPPOLITO, 2009, p. 28). A coação estabelecida pela autoridade de um sobre outrem está presente nesta definição. E em virtude dessa assimetria, o abusador se sente confortável e amparado, tendo certeza que esse poder o isentará da culpabilização.

INFORMAÇÃO: A VOZ DOS SILENCIADOS

O abuso sexual é uma triste realidade que não escolhe idade, classe social, etnia, religião, cultura. Porém, acontece em maior incidência com meninas e mulheres. A violência sexual se apresenta tanto fisicamente, quanto psicologicamente e pelo fato de não ter como identificar o dano psicológico, se torna ainda mais difícil puni-lo. O abuso está permeado de medo, culpa, vergonha, sentimentos esses, de difícil administração para crianças desinformadas e desprotegidas. A relação de poder que o abusador exerce sobre a vítima é o ponto alto do abuso, seja físico ou emocional. Legalmente, no Brasil, a criança está amparada pela Constituição Federal de 1988 e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. Segundo documento publicado pela UNICEF (2005), “(...) qualquer ação ou omissão que provoque danos, lesões ou transtornos ao seu desenvolvimento, pressupõe uma relação de poder desigual e assimétrica entre o adulto e a criança”. E como lidar com essas questões, na escola?

Fato é que, no Brasil, tanto a classificação do que seja abuso, quanto às primeiras providências legais, iniciaram tardiamente. Cronologicamente, Bringiotti (2000), diferencia as principais etapas de abordagem e intervenção em casos de violência:

Desconhecido: até meados da década de 1940, a maioria dos profissionais não reconhecia a ocorrência dos maus-tratos. Relatos de pais, datados do início do século XX, são contraditórios e confusos;

Descrição dos sintomas sem identificação: de 1940 a 1960 há registros de vários estudos e publicações com o tema maus-tratos, e em 1959 houve a aprovação da Declaração dos Direitos da Criança em Assembleia na ONU (Organização das Nações Unidas);

Identificação: de 1960 ao início de 1970, a área médica publica as Síndromes da Criança Agredida e a do Bebê Sacudido;

Reconhecimento: de 1970 a 1980, os maus-tratos são reconhecidos como problema clínico, psicológico e social, com início de prontuários de atendimento.

Prevenção: de 1980 até os dias atuais, vários países têm se preocupado em implantar programas de atenção a famílias em situação de risco." (Bringiotti, 2000 *apud* Neves, 2004)

Em virtude do enquadramento tardio deste tipo de crime, a escola também sofreu os impactos dessa negligência. Atualmente, ainda há um tabu referente ao assunto e barreiras são colocadas frente às situações vividas pelos alunos, em sua grande maioria, por desinformação. Segundo dados disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em 2016 foram registrados 22,9 mil atendimentos às vítimas de estupro no país. Mais de 57% desses casos eram de vítimas entre 0 e 14 anos, sendo que 6 mil vítimas tinham menos de 9 anos de idade (ChildfundBrasil, 2020). Dados estatísticos do Portal do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2020) informam que, em 2018, 13.400 crianças sofreram abuso sexual; no primeiro semestre de 2019, foram 7.277 vítimas - apenas para modalidade abuso sexual. Além desses dados, são apresentadas peculiaridades acerca do ASI (Abuso Sexual Infantil):

Para cada caso de abuso sexual notificado há 20 que não o são.

A idade em que o abuso sexual geralmente se inicia é entre 6 e 12 anos.

A idade em que o abuso é mais frequente varia dos 8 aos 12 anos

75% das mães de vítimas de incesto foram vitimizadas também.

Cerca de 9% de todas as mulheres foram sexualmente vitimizadas por parentes e 5% estiveram envolvidas em incesto pai e filha.

Os agressores sexuais de crianças e adolescentes que sofrem distúrbios psiquiátricos são minoria.

A maioria dos abusos ocorre entre os membros da família (29%) ou por alguém conhecido da vítima (60%)." (Brasil, 2020)

Cartilhas, palestras, fóruns, leis foram incorporados à rotina de equipes multidisciplinares com o intuito de compartilhar informação sobre o assunto. A partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, outras leis foram criadas para amparar a vítima de maus-tratos. Além da Lei 8.069 do ECA (Brasil, 2003) que estabelece que o

atendimento à vítima deve ser um conjunto de ações articuladas entre organizações governamentais e não governamentais, reforçando a ideia de ação conjunta quanto à proteção à infância e à adolescência. Em 2017, foi aprovada a Lei 13.431/17, chamada de Lei da Escuta, que estabelece a importância da preservação da vítima de abuso, não expondo a consecutivas repetições de depoimentos para pessoas não pertencentes ao núcleo de amparo da vítima.

O dia 18 de maio é uma data marcada pelo Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A data foi determinada oficialmente pela Lei 9.970/2000 em virtude do assassinato de Araceli Crespo que, aos 8 anos, foi sequestrada, violentada e assassinada nesta data, no ano de 1973, no Espírito Santo. O objetivo da data é fomentar ações de prevenção à violência sexual (SEDHAST, 2020).

Entretanto, a realidade do Ministério da Educação, no governo atual, tem distanciado tais discussões da escola. As ações são pontuais e a não abordagem referente às questões de gênero adiam o acesso à informação. Para Arcari (Lunetas, 2017), o silenciamento de políticos amplia o abismo entre a informação e a ação:

Políticos que constroem uma legislação que impede discussão de gênero em sala de aula estão sendo coniventes com a violência sexual e deixando crianças vulneráveis. Ambos os temas convergem. Quando refletimos sobre os estereótipos de gênero que colocam meninos e meninas em situação de vulnerabilidade e, a partir disso, construímos com eles ferramentas para identificarem a violência, estamos de fato fazendo a prevenção. (Lunetas, 2017)

Mesmo sem incentivo governamental, escolas e espaços educativos precisam resistir e disponibilizar às crianças ferramentas contra a desinformação, e por conseguinte, contra a submissão. A Literatura Infantil pode auxiliar nesse processo. Livros e encantamento podem perpassar por diversos espaços, proporcionando informação e proteção.

LITERATURA INFANTIL-JUVENIL: POSSÍVEL CAMINHO PARA PREVENÇÃO

Dentre os caminhos possíveis para promover mudanças contra o abuso sexual na infância, a Literatura Infantil é um deles. Por meio da Literatura Infantil, o encantamento

se encarrega de orientar, empoderar, dar suporte na promoção de mudanças efetivas na vida de crianças e adolescentes. Não exclusivamente no espaço escolar, como também nos espaços destinados ao diálogo, atividades podem ser propostas para que a informação possa fornecer ferramentas contra todo e qualquer tipo de abuso. Os livros podem potencializar a consciência das crianças na identificação desses atos e assim, se defenderem de possíveis atitudes negativas que poderão perdurar por muito tempo em suas vidas. Para Soma e Willians (2019), mesmo que o governo federal tenha atuado em atividades pontuais na prevenção do ASI - Abuso Sexual Infantil, elas são insuficientes. Entretanto, atos pontuais necessitam ser ampliados para melhor atender aos alunos e à comunidade com o objetivo de promover o ensino de habilidades de autoproteção, tais como:

- a) ajudá-la a reconhecer potenciais situações abusivas ou ofensores em potencial;
- b) ensiná-la a resistir (“dizer não”) e se retirar da presença do ofensor;
- c) incentivá-la a relatar incidentes abusivos (anteriores ou atuais) a uma figura de autoridade e de confiança, enfatizando os três “Rs” – reconhecer, resistir e relatar (Padilha & Williams, 2009; Soma & Williams, 2014, 2017; Wurtele, 2008, apud Soma & Williams, 2019).

A Literatura Infantil tem muito a contribuir nesse processo de prevenção para as crianças e adolescentes. Entretanto, é de suma importância que critérios sejam analisados, antes que tais livros sejam utilizados. Conhecidos como LIAPs - Literatura Infantil de Abordagem Preventiva (Soma & Williams, 2019, p. 13) são denominados os livros que, após análise prévia, podem colaborar para o desenvolvimento de atividades literárias com a temática do Abuso Sexual Infantil.

Por mais que a temática do Abuso Sexual Infantil esteja presente em nosso cotidiano, as editoras se sentem inseguras em abraçar a causa da publicação de livros retratando esse tema. O escritor Tino Freitas (Youtube, 2020) cita que encontrou dificuldades de publicar o livro “Leila” exatamente pelo preconceito que os pais têm em falar sobre um assunto tão recorrente e necessário. A transparência e o diálogo são pontapés iniciais para que as crianças possam se desconstruir e a leitura/contação de história são pontes nesse processo. O livro possibilita à criança contato com inúmeros enredos e personagens. Tais enredos, aproximam a criança da sua realidade e a

transportam para a realidade que ela desejar. Como afirma Caldin (2002, p. 9), os livros são condutores para o desenvolvimento emocional, pois possibilitam experimentar vivências sentimentais para as crianças, durante a leitura.

A Literatura Infantil possibilita o trânsito em diversos ambientes, não somente no ambiente escolar. Para Souto-Maior (2000, p. 64), através das histórias, as crianças abastecem o faz de conta, adquirindo habilidades para melhor lidar com as situações, sejam quais forem. A história narrada proporciona uma tomada de decisões, por parte do ouvinte, mesmo que tal enredo não seja vivido por ele. Para complementar esse pensamento, Souza e Bernardino (2011) afirmam que as narrativas são de grande valia, nesse processo:

As narrativas estimulam a criatividade e a imaginação, a oralidade, facilitam o aprendizado, desenvolvem as linguagens oral, escrita e visual, incentivam o prazer pela leitura, promovem o movimento global e fino, trabalham o senso crítico, as brincadeiras de faz de conta, valores e conceitos, colaboram na formação da personalidade da criança, propiciam o envolvimento social e afetivo e exploram a cultura e a diversidade. (Souza & Bernardino, 2011, p. 236)

A temática Abuso Sexual Infantil gera preconceitos e desconforto para as famílias, como citado anteriormente. E em virtude de uma não aceitação do tema, muitas editoras ignoram o assunto, impactando diretamente na publicação desses livros. Entretanto, alguns títulos podem ser apresentados às crianças com o objetivo de introduzir o assunto de maneira sutil e informativa. Dentre os títulos de leitura literária publicados com enfoque na prevenção de Abuso Sexual Infantil, apresentaremos livros que auxiliam na apresentação e discussão do tema, junto às crianças. São eles:

1. *Não me toca, seu boboca* (Taubman, 2017): livro lançado em 2017, ganhou o Prêmio Neide Castanha de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. O Prêmio é uma iniciativa do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Lunetas, 2017). Com narrativa bem simples, o livro aborda a violência sexual de um jeito bem sutil. Ritoca, uma coelhinha muito esperta, observa o comportamento de um vizinho que, sempre alegre, atrai a atenção dela e de seus amigos. A coelhinha se sente invadida com toques que o vizinho faz nela: nas orelhas, no pescoço

e Ritoca grita para que todos os seus amigos possam ouvir: “Não me toca, Seu Boboca” - título do livro - e os amigos de Ritoca a apoiam. O livro permite a ludicidade e a interação, já que os amigos de Ritoca, também animais, dão conselhos para os leitores de como devem agir diante de um comportamento indesejado de um adulto. A editora Aletria disponibiliza um guia³, em formato digital, para que pais, responsáveis e professores possam explorar o livro, junto às crianças.

2. *Pipo e Fifi* (Arcari, 2013): Pipo e Fifi são dois irmãos que, de um jeito bem divertido, com rimas, se apresentam e falam sobre a anatomia de seus corpos. Utilizando nomes carinhosos e científicos para as partes íntimas, aproximam os leitores desse universo que gera tanto constrangimento. Os personagens evidenciam o desconforto de serem tocados, sem autorização e iniciam uma interação com leitor sobre o “sim” e o “não”, em relação ao que permitem que seja feito com o seus corpos. A autora Caroline Arcari desenvolve um trabalho junto às escola sobre a violência sexual infantil e é fundadora da Escola de Ser - um projeto pedagógico que se insere numa perspectiva emancipatória (Lunetas, 2017). Com a preocupação de atingir aos diversos públicos, Caroline Arcari desenvolveu personagens em formato 3D para atender crianças cegas. O livro Pipo e Fifi também conta com uma versão para bebês, adequando linguagem a esse público. Informação que protege. “Pipo e Fifi já teve mais de 100 mil cópias distribuídas no Brasil. A autora, [Caroline Arcari](#), já viajou para quatro outros países, realizando projetos, formações aos profissionais e atendimento às crianças, divulgando seu trabalho.” (Pipo e Fifi, 2020)

3. *O Segredo de Tartanina* (Silva, Soma & Watarai, 2011): Tartanina, uma tartaruga que vivia no fundo do mar. Com muitos amigos, Tartanina desperta a atenção deles, por não querer brincar e logo perceberam seu comportamento diferente. Amigo de Tartanina, o peixinho Glub percebeu que a amiga estava com um baú e perguntou que tinha dentro dele. E Tartanina não queria revelar que segredo tinha dentro do baú. A Professora de Tartanina também sentiu que o comportamento daquela tartaruga feliz estava diferente. Glub decide seguir Tartanina e descobre que ela estava indo para casa do Sr Malvo, um polvo que gostava de tirar fotos de Tartanina sem o casco. O Sr Malvo tenta chantagear

³ Editora Aletria: <https://www.aletria.com.br/manual-do-professor/nao-me-toca-seu-boboca-1>

Glub e Tartanina com doces e brinquedos, para que eles não contem o que estava acontecendo, mas os amigos não aceitam e o polvo os ameaça. Decidindo confiar na Professora Baléia, Tartanina conta o ocorrido e a professora toma as devidas providências, denunciando a violência sofrida por Tartanina à polícia. O livro sugere que pessoas adultas próximas às vítimas podem ajudar a denunciar os maus-tratos sofridos por elas. O livro incentiva o diálogo como ajuda na solução de problemas e evidencia a recompensa como moeda de troca pelo silêncio. O Segredo de Tartanina conta com um site⁴ que divulga cursos e atividades para serem desenvolvidas com as crianças.

5. *Leila* (Freitas, 2019): Com ilustrações de Thaís Beltrame, Tino Freitas conta de um jeito bem especial, a história da baleia jubarte filhote Leila. Uma história sensível, cheia de metáforas, que atende ao público infantil e ao público adulto. A junção das ilustrações e texto traz sobriedade a um tema tão delicado: a violência sexual infantil. Leila decide vestir um biquíni bonito e sai para nadar, se sentindo muito feliz. Leila é surpreendida pelo Barão, um polvo misterioso que, tem por hábito, elogiar Leila. Não é um simples elogio. São comentários maldosos que deixam Leila constrangida. Ela se sente acuada, petrificada. Leila tem seus cabelos cortados por Barão, o que a deixa triste, assustada, coagida. Sempre acompanhada por uma ostra, Leila decide entoar seu grito de liberdade, falando em voz alta que é dona de suas próprias vontades. A ostra, ao final, gera uma pérola, metáfora associada às dificuldades passadas por Leila. O livro proporciona interpretações novas a cada leitura e sua beleza gráfica torna a leitura interativa e prazerosa. Foi a partir de *Leila* que surgiu o interesse por esta pesquisa, ao analisar livros acerca desta temática, visto que a pesquisadora do presente artigo sofreu abuso na infância. No site da Editora é possível encontrar sugestões de atividades⁵.

A partir dos livros literários aqui apresentados, ações pedagógicas com o objetivo de oferecer instrumentos aos educadores e educadoras, atividades informativas podem ser desenvolvidas. Grupos de estudos entre professores e equipe pedagógica, atividades diversificadas em aulas de sala de leitura, dramatizações. Certamente, um dos principais objetivos ao desencadear essas discussões na escola seja a intenção de introduzi-la nas

⁴ Projeto Tartanina: <https://www.tartanina.org.br/>

⁵ <http://www.abacateeditorial.com.br/leitor-em-processo/leila>

famílias dos alunos. A Formação Continuada de Professores é fundamental para que o tema seja conduzido da melhor maneira possível. Alunos confiam em seus professores. Que eles sejam a voz das crianças, meninas e meninos que se sentem violentados pela desinformação.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa (NEVES, 1996). Foi realizada uma pesquisa de revisão bibliográfica. A pesquisa bibliográfica foi caracterizada através da identificação, localização e compilação dos dados escritos em livros especializados e publicações de artigos científicos de bases de dados como SCIELO Brasil e sites oficiais relacionados ao tema. A revisão ocorreu no período de julho e agosto de 2020. As palavras de busca para pesquisa nos bancos de dados foram: Abuso Sexual Infantil; Violência Sexual; Literatura Infantojuvenil; Prevenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo reflete as angústias vivenciadas pela pesquisadora, em sua infância. Por muitas vezes, a escrita ficou “embargada” por ser um assunto tão próximo e ao mesmo tempo empurrado para debaixo do tapete. Ser vítima de abuso sexual infantil impacta diretamente no que nos tornaremos na fase adulta. Pretender orientar professores e professoras acerca da Literatura Infantojuvenil tem como objetivo respaldar e instrumentalizar os docentes, diante de um assunto recorrente e ignorado.

Segundo a fala de uma das entrevistadas no documentário “Um Crime Entre Nós” (Flow Impact, 2020), “o mundo de Paz é esse, onde a gente não roube a infância de ninguém”. O Abuso Sexual Infantil é isso: um roubo da infância. Ainda, neste mesmo documentário (Flow Impact, 2020), o Dr Dráuzio Varella menciona que a exploração sexual infantil – outra vertente do abuso – “É uma coisa tão horrível essa, que eu acho que causa um distanciamento, e você fala: ‘Eu não quero nem ver, eu não quero saber’.”

A partir dos estudos levantados neste artigo, que seja possível o empoderamento de pesquisadores, professores na luta por acesso à informação junto às crianças e adolescentes, bem como dessa manipulação de mentes e corpos que tanto toca e agride

quem teve contato com essa invasão emocional, acima de tudo. A Literatura Infantojuvenil detém grande potencial nessa caminhada, por se tratar de um meio lúdico e de fácil aceitação pelo público infantil. Instrumentalizar professores é permitir acesso à uma temática que está dentro de casa, mas que para alcançá-la é preciso estar do lado de fora.

Que os “ecos do silêncio” possam ser ouvidos. A responsabilidade é do adulto. Há muito grito preso na garganta e carregar um peso de uma fala emudecida é atrasar o avanço do verdadeiro lugar que homens e, sobretudo a mulher deve ocupar: o lugar comum a todos os seres humanos sem distinção de classe, raça, faixa etária, religião.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abuso Sexual Infantil. In: WHO. Organização Mundial da Saúde. 2020: Disponível em: <https://bit.ly/3iNxcrt>. Acesso em: 8 de ago. de 2020.

ARCARI, C. **Pipo e Fifi:** Prevenção de violência sexual na infância. São Paulo: 2013 SP: All Print. Disponível em <http://www.pipoefifi.org.br/home>. Acesso: 02 de ago. de 2020.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** In: JORGE, T. Teixeira. O que fazem as crianças quando brincam? Espírito Santo: 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3kROR38>. Acesso em: 03 de ago de 2020.

AZEVEDO, M.A; GUERRA, V.N.A. **Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes** – um cenário em (des)construção. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/Cap_01.pdf Acesso em: 10 de ago. de 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Cartilha Família Protetora.** Disponível em: <https://bit.ly/2Fj8q3N>. Acesso em: 10 de ago. de 2020.

Cáceres, F. (1996). **História Geral.** (4ª ed.). São Paulo: Editora Moderna. In: OLIVEIRA, Ione Sampaio de. Trajetória Histórica do Abuso Sexual contra Criança e Adolescente. São Paulo: 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3h1fvUO>. Acesso em: 04 de ago. de 2020.

CALDIN, Clarice Fortkamp. **A leitura como função terapêutica: biblioterapia.** Encontros Bibli, n. 12, dez. 2001. Disponível em; < <http://www.encontros-bibli.ufsc.br>>. Acesso em: 12 de ago. de 2020.

CHILDFUND. **Dados sobre abuso sexual infantil.** 2020. Disponível em: <https://bit.ly/30Z69mP>. Acesso em: 11 de ago. 2020

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva** / Sivia Federici. Título original: *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation* Tradução: coletivo Sycorax São Paulo : Elefante, 2017

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FREITAS, Tino. **Leila**. Belo Horizonte: 2019. Editora Abacatte. Ilustrações: Thais Beltrame.

FREITAS, Tino. **Livro Leila**. Youtube, Maio. 2020. Disponível em <https://bit.ly/2CtLJJ9>. Acesso em: 10 de Ago. de 2020.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: da Idade Média á época contemporânea no Ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

INFÂNCIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/infancia/>. Acesso em: 02 de ago. de 2020.

LAPLANCHE, J., & PONTALIS, J. B. **Vocabulário da psicanálise** (P. Tamen, trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LÉVI-STRAUSS, C. **A família**. In: SHAPIRO, H. L. Homem, cultura e sociedade. São Paulo: Fundo de Cultura, 1956.

MASSON, J.M. - **Atentado à verdade. A supressão da teoria da sedução por Freud**. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1984. 290 p. In: ADED, N.L.O; DALCIN, B.L.G.S; MORAES, T.M; CAVALCANTI, M.T. Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3fYImJ5>. Acesso em: 10 de ago de 2020.

MODENA, Maura Regina. **Conceitos e formas de violência** [recurso eletrônico]: / org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: EducS, 2016. Disponível em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf. Acesso em: 1º de ago. de 2020.

NEVES, A. S. **A violência física de pais e mães contra filhos: cenário, história e subjetividade**. 2004. In: Zélia Maria Mendes Biasoli-Alves. (Org.), Livro de Artigos – Tomo II (pp. 111-123). Ribeirão Preto: Legis Summa.

NEVES, J. L. **Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades**. Cadernos de Pesquisas em Administração, v. 1, n.3, 2º sem., 1996

SANTOS, Benedito Rodrigues dos & IPPOLITO, Rita. **Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual**. São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo, Secretaria de Educação, 2009. Disponível no site: <https://sinapse.gife.org.br/download/guia-de-referencia-construindo-uma-cultura-de-prevencao-a-violencia-sexual> Acesso em: 09 de ago. 2020.

SEDHAST. **Dia Nacional do Combate ao Abuso Infantil e Exploração Infantil**. In: Sedhast, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2PSHKsV>. Acesso em: 5 de ago. de 2020.

SILVA, A. R. S., SOMA, S. M. P., & Watarai, C. F. **O segredo da Tartanina: Um livro a serviço da proteção e prevenção contra o abuso sexual infantojuvenil**. Pompéia: 2011, SP: Centro Universitário do Distrito Federal.

SOMA, S. M. P., & WILLIAMS, L. C. de A. **Avaliação de Livros Infantis Brasileiros sobre Prevenção de Abuso Sexual baseada em Critérios da Literatura**. *Trends Psychol.* [online]. 2017, vol.25, n.3, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S235818832017000301201&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 de ago. de 2020.

SOMA, Sheila M. P. **Contação de histórias como estratégia para a prevenção do abuso sexual infantil**. São Carlos: UFSCar, 2014. 99 f. Disponível em: <https://bit.ly/344xDcG>. Acesso em: 12 de ago. de 2020.

_____. **Livro infantil especializado como estratégia de prevenção do abuso sexual**. *Psicologia: Teoria e Prática*, 21(1), 186-203. doi:10.5935/1980-6906/psicologia.v21n1p186-203. Disponível em: <https://bit.ly/2Y4ay5X>. Acesso em: 10 de ago. de 2020.

SOUTO-MAIOR, S. D. **O mapa do tesouro: ultrapassando obstáculos e seguindo pistas no cotidiano da educação infantil**. In: OSTETTO, L. E. (Org.). *Encontros e encantamentos na educação infantil*. São Paulo: Papirus, 2000. p. 63-82

SOUZA, L. O.; BERNARDINO, A. D. **A Contação de histórias como estratégia pedagógica na educação infantil e ensino fundamental**. *Revista de Educação*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 235-249, jul./dez. 2011.

TAUBMAN, Andrea V. **Não me toca, seu boboca**. Belo Horizonte: 2017. Editora Aletria. Ilustrações: Thais Linhares.

UM CRIME ENTRE NÓS. Direção de Yãnes. Rio de Janeiro: Flow Impact, 2020. 59 min. GNT

LIVRO 'Não me toca, seu boboca' fala de abuso sexual com crianças. Lunetas, São Paulo, 08 de nov. de 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2FIVH0g>. Acesso em: 12 de ago. de 2020.